LIGIA MARIA VELOSO FERNANDES DE OLIVEIRA

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESTADO DE EXCEÇÃO

Resumo

O Estado Democrático de Direito tem no reconhecimento dos direitos humanos fundamentais, em especial pelas autoridades públicas, o alicerce de sua construção.

Com efeito, o fortalecimento da Democracia está intimamente relacionado com o respeito a esses direitos fundamentais sendo dever do Estado garanti-los apor meio da preservação das instituições democráticas e do equilíbrio constitucional.

A constitucionalização do estado de exceção, como salvaguarda da ordem pública e do Estado Democrático de Direito, com a conseqüente suspensão de garantias fundamentais, permite ao Estado manter a estabilidade e a defesa da Constituição, evitando e prevenindo abusos e desvios de aplicação.

O paradoxo criado pelo estado de exceção, ou seja, suspender direitos para garantir esses mesmos direitos, remete à definição das relações entre valores, princípios e regras que compõem a hermenêutica constitucional contemporânea e a teoria dos direitos fundamentais.

Conceber a Constituição como um documento que consagra princípios freqüentemente colidentes entre si, exige um raciocínio capaz de produzir a regra concreta e adequada face aos elementos normativos essenciais que incidem especificamente no conjunto de fatos.

A esse respeito, propõe o presente trabalho uma reflexão sobre as teorias apresentadas por Dworkin, Alexy e Günther.

Antes, porém, expõe-se um histórico dos diversos mecanismos de defesa da ordem constitucional em situações de crise, utilizados pelos Estados ao longo dos tempos. Uma seção é dedicada ainda ao estudo das Constituições brasileiras na parte que toca a emergência constitucional.

Conclui-se que é possível preservar direitos em Estado de Exceção sendo, no entanto, necessário que se analise concretamente, caso a caso, justificando-se e ponderando-se coerentemente as hipóteses de norma aplicáveis e possivelmente colidentes.

Palavras-chaves: Estado de Exceção, direitos fundamentais, princípios, regras, colisão, ponderação.

Abstract

The Democratic State of Right has the base of its foundation on the knowledge, specially by the the public authorities, of the fundamental human rights.

In fact, the strenghtening of Democracy is intimately connected with the respect for hese fundamental rights and the State has the obligation to guarentee them through the maintenance of the democratic institutions and of the constitutional balance.

The constitutionality of State of Emergency as a safeguard for the public order and for he Democratic State of Right with the consequent suspension of the fundamental guarantees, allows the State to maintain the stability and the defence of the Constitution avoiding and preventing both abuses and diversion of investments.

The paradox raised by the State of Emergency, that is to say, the suspension of rights to guarantee those same rights, cross-refers to the definition of the relations among values, principles and rules that compose the contemporary constitutional hermeneutics as well as the theory of the fundamental rights.

Conceiving the Constitution as a document that ratifies principles that generally collide with each other requires a capable reasoning of stating the concrete and adequate rule in accordance with the essential normative elements that fall specifically into the set of facts.

In this respect, this present work proposes a reflexion about the theories presented by Dworkin, Alexy and Günter.

A historical report about the several mechanisms of the constitutional order defence under situations of crises used by states along the years will be related before. Another part is dedicated to the study of the Brazilian Constitution when referring to the constitutional emergency.

Concluding, it is possible to preserve rights in State of Emergency since one analyses the facts one by one concretely, justifying and judiciously pondering the hypotheses of applicable and possibly colliding norms.

Key-words: State of Emergency, fundamental rights; principles, rules; collide, judiciousness.